

Narrativa de um Homem que Sofreu Abuso Sexual na Infância

Raquel Lourenço de Andrade

Brasília – DF
Setembro de 2020

Narrativa de um Homem que Sofreu Abuso Sexual na Infância

Raquel Lourenço de Andrade

Monografia apresentada à Faculdade de Psicologia do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB como requisito parcial à conclusão do curso de Psicologia. Professor-Orientador: Profa. Dra. Sandra Eni Fernandes Nunes Pereira.

Brasília – DF
Setembro de 2020

Folha de Avaliação

Autora: Raquel Lourenço de Andrade

Título: Narrativa de um Homem que Sofreu Abuso Sexual na Infância

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Sandra Eni Fernandes Nunes Pereira

Prof. Dr. Leonardo Cavalcante de Araújo Mello

Prof. Dr. João Gabriel Nunes Modesto

Brasília – DF

Setembro de 2020

Agradecimentos

Primeiramente ao Eterno, aquele que me possibilitou ser quem sou e, assim, lutar para ser melhor. Em segundo à minha família, ao meu noivo e às minhas amigas, que sempre me incentivaram a fazer aquilo para o que nasci com amor e dedicação. Em terceiro, meus professores amados e amigos de formação, a quem devoto grande admiração e que tornaram essa jornada a mais gratificante possível. Finalmente, um agradecimento especial ao protagonista dessa história, que apesar dos receios e da tamanha sensibilidade do assunto, se fez disponível, oferecendo incalculável contribuição.

Epígrafe

“Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Elas são coadjuvantes, não, melhor,
figurantes, que nem ‘devia tá aqui’.

Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de
‘nóiz’? . . .

Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes.
Se isso é sobre vivência, me resumir à
sobrevivência é roubar o pouco de bom que
vivi.

Por fim, permita que eu fale, não as minhas
cicatrizes.

Achar que essas mazelas me definem é o pior
dos crimes, é dar o troféu pro nosso algoz e
fazer ‘nóiz’ sumir” (Emicida)

Resumo

A presente pesquisa teve como objetivo investigar o abuso sexual infantil contra a criança do sexo masculino e suas repercussões na vida da vítima. Constituiu-se como objeto de estudo as vivências e impactos emocionais na vida de um homem que sofreu abuso sexual na infância a partir da narrativa que este construiu sobre si mesmo da infância à vida adulta. Para isso, foi necessário identificar os fatores que influenciaram a *síndrome do segredo* e os sentimentos que perpassaram a vida deste homem após o abuso. Também foi importante analisar os impactos afetivo-sexuais e sociais acarretados pela situação abusiva, as vivências decorrentes dela e seus desdobramentos nas redes sociais de apoio da vítima. De viés qualitativo, utilizou-se a Entrevista Narrativa (EN) como instrumento e optou-se pela análise de conteúdo de caráter construtivo-interpretativo. A entrevista foi realizada em um (1) único encontro com um homem adulto residente do Distrito Federal vítima de abuso sexual na infância. Os resultados apontaram que de fato existe uma gama de sentimentos negativos que permeiam a vida do homem adulto vítima de abuso sexual, os quais repercutem em seu posicionamento diante da vida, assim como em suas relações com a família e demais segmentos da rede. A análise resultou na construção de três Zonas de Sentido, a saber: “Esquecer para não mais lembrar”; “O imprevisível, o estigma e o preconceito nas redes sociais”; e “*Não gosto que ninguém tenha dó de mim*”. Evidenciou-se que, por mais obscuro e embaçado que possa ser o fenômeno do abuso sexual em meninos, é necessário construir um caminho que permita com que as próprias vítimas (ou membros de sua rede) sintam segurança em romper o silenciamento e realizar a denúncia.

Palavras-chave: abuso sexual infantil, meninos vítimas de abuso sexual, síndrome do segredo, redes de apoio.

Sumário

Introdução	1
Objetivos	3
Fundamentação Teórica	4
Aspectos sócio-históricos da infância e o abuso sexual	4
Impactos afetivos, sexuais e sociais do abuso na infância	7
Rede de Proteção e Cuidado	10
Método	16
Delineamento	16
Participantes e Local	17
Instrumentos	17
Análise de informações construídas	19
Procedimentos éticos e coleta	20
Resultados	22
Sua História	22
Um Segredo de Estado	24
Repercussões, reflexões e sentimentos	25
Rede social pessoal	27
Discussão	29
Esquecer para não mais lembrar	29
O imprevisível, o estigma e o preconceito nas redes sociais	36
“Não gosto que ninguém tenha dó de mim”	42
Considerações Finais	48
Referências	51
Apêndice	58

Introdução

É estimado que, a cada 15 minutos, uma criança ou adolescente sofre violência sexual no Brasil, seja abuso sexual infantil (ASI) ou exploração sexual. Cerca de 80% dos casos refere-se a casos de abuso que, em sua maioria, envolvem contato físico. Esses números são alarmantes, considerando a grande incidência de subnotificações e a escassez de políticas públicas de caráter preventivo (Estadão, 2019¹).

Essa pesquisa justifica-se pela baixa produção acadêmica acerca do abuso sexual em meninos, que é substancialmente menos conhecido e pesquisado no Brasil. As poucas publicações nacionais foram realizadas recentemente e, uma busca avançada realizada no Portal Capes por Oliveira (2017) utilizando as palavras “*abuso sexual*” and “*meninos*” apontou 18 produções acadêmicas, das quais 5, somente, diziam respeito ao abuso sexual em meninos de forma específica². Tendo isso em vista, pesquisas na área, conjuntamente com propostas de intervenção, podem incentivar a quebra do segredo que implica as situações de abuso, especialmente contra meninos.

Segundo dados estatísticos, o maior número de crianças vítimas de ASI é do sexo feminino - no Brasil: 44% meninas, 39% meninos e 17% não identificados, de acordo com registros de denúncias pelo Disque-Denúncia Nacional da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) em 2016. Entretanto, não há garantias de que estes dados

¹ Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,nao-demos-conta-como-sociedade-como-governo-diz-especialista-sobre-violencia-sexual-infantil,70002958510>

² Outras buscas realizadas pelo mesmo autor, utilizando as palavras “*abuso sexual*” and “*masculinidade*” e “*abuso sexual*” and “*homens*” não apontaram produções acadêmicas com foco no menino vitimizado, e 30% se referiam a estudos em que o homem era o agressor, e a vítima, mulher. É preciso salientar, também, que houve um aumento do número de publicações na área entre o ano em que essa busca foi feita (2017) e o ano de realização da presente pesquisa (2020). Poucos deles, contudo, têm como foco especialmente o menino enquanto vítima de abuso sexual.

correspondam à realidade pois, nos cenários em que as vítimas são do sexo masculino, a quebra do silêncio e a realização da denúncia podem tornar-se mais difíceis.

Há um estigma que envolve o abuso sexual contra meninos, visto que os homens são estereotipados como aqueles que iniciam o contato sexual, o que faz com que o menino se sinta mais constrangido em revelar o abuso devido a sua condição de vítima nesse contexto (Sanderson, 2005). Além disso, em decorrência de, muitas vezes, o abuso ser perpetrado por outro homem, a criança pode se sentir desorientada com relação à própria sexualidade, além de sentir vergonha da família e das pessoas próximas e medo das reações, o que pode dificultar ainda mais a revelação e a denúncia do ato abusivo (Sanderson, 2005; Hohendorff, Habigzang & Koller, 2012). Vale ressaltar que a noção de que um menino que foi abusado sexualmente na infância virá a se tornar homossexual quando adulto não deve ser reforçada, pois diz respeito a uma correlação de senso-comum.

Ademais, a vivência do abuso sexual na infância e adolescência pode acarretar em efeitos negativos para o desenvolvimento afetivo, cognitivo e social das vítimas. Embora não haja um quadro psicopatológico único desencadeado por este tipo de violência, há uma oscilação de sintomas e mudanças em aspectos do comportamento, emocionais e cognitivos, sendo que esses sintomas e mudanças podem manifestar diferenças consideráveis (Habigzang & Koller, 2011). Tais consequências e alterações podem levar a criança a um contexto de sofrimento psíquico, podendo nela desencadear sintomas de depressão e ansiedade.

Sendo assim, o avanço nos estudos sobre abuso sexual infanto-juvenil torna-se extremamente necessário, pois estima-se que apenas 10% dos casos de violência sexual (abuso e exploração) chegam a ser notificados (Childhood Brasil, 2019³). É preciso também levar em conta o sofrimento causado às crianças vítimas de abuso sexual e as implicações

³ Disponível em: <https://www.childhood.org.br/a-violencia-sexual-infantil-no-brasil>

desta violência na constituição da identidade e nas relações sociais estabelecidas ao longo da vida. Deve-se considerar, ainda, que a predominância do ASI na nossa sociedade evidencia um severo problema de saúde pública, não sendo, portanto, um fenômeno que produz consequências apenas em nível individual, de suas vítimas, mas em nível social (Lordello & Costa, 2013).

Neste sentido, o presente estudo busca compreender, à luz da abordagem sistêmica, vivências e impactos emocionais na vida de um homem que sofreu abuso sexual na infância. Parte-se do pressuposto de que o sofrimento causado à criança vítima de abuso sexual tem implicações diretas na construção de sua identidade e nas relações sociais estabelecidas por ela ao longo da vida, tornando-se fator de risco à manifestação de alterações funcionais e psicológicas, assim como de dificuldades no desenvolvimento das relações sócio-familiares na fase adulta.

Objetivo Geral

- Compreender as vivências e os impactos emocionais na vida de um homem que sofreu abuso sexual na infância a partir da narrativa que este constrói sobre si mesmo na vida adulta.

Objetivos específicos

- Identificar os fatores que influenciam na *síndrome do segredo*;
- Identificar os sentimentos que perpassam a vida do homem vítima de abuso sexual;
- Analisar os impactos afetivo-sexuais e sociais acarretados pela situação abusiva;

- Investigar as vivências decorrentes do abuso sexual na infância e seus desdobramentos nas redes sociais de apoio (redes sócio afetivas) até a vida adulta;

Fundamentação Teórica

Aspectos sócio-históricos da infância e o abuso sexual

A infância, como é compreendida hoje, é fruto de transformações sociais. O termo infância, oriundo do latim *infantia*, refere-se à fase em que não se fala: “fan” quer dizer “falante”, enquanto o prefixo “in” denota negação. Por conseguinte, os indivíduos na fase da infância ainda não são capazes de falar. Ao longo da história, por conseguinte, as representações debruçadas sobre a criança advinham das percepções construídas na relação criança-adulto pelos próprios adultos, sofrendo influências da maneira em que os adultos se relacionavam entre si e com o mundo (Monteiro & Storto, 2019; Gomes & Filho, 2013). Assim, observa-se que, no percurso da humanidade, a criança não tinha um lugar de fala. Foi estabelecida uma relação de poder e hierarquia entre o adulto e a criança, na qual a criança possui fragilidade física e psíquica perante o adulto, o que a situa em uma posição de total vulnerabilidade. A criança torna-se incapaz, por exemplo, de compreender claramente ou mesmo resistir a qualquer tipo de abuso ou relação abusiva e violenta, assim como de consentir, de forma consciente, qualquer tipo de atividade sexual (Azambuja, 2004; Sanderson, 2005).

Anteriormente no Brasil, em termos legais, a infância era assistida somente em função das irregularidades cometidas pelos alvos de medidas judiciais, como previa o Código de Menores (Lei nº 6.697/1979, atualmente revogada). Tal código focalizava a punição da conduta, mal assegurando direitos aos menores.

Através da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e da Declaração Universal dos Direitos da Criança de (1959) - ratificada pela Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989) - emergiu uma atenção jurídica mais voltada ao desenvolvimento infantil. O texto da Convenção foi inserido na legislação atual do país inspirando, posteriormente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) (Gomes & Filho, 2013).

Apesar dos avanços em relação à formulação de leis que assegurem direitos e proteção à Infância, observa-se, ainda, um cenário social lastimável no Brasil. O ASI, nesse contexto por exemplo, tem se evidenciado enquanto um fenômeno de grande incidência e muitas subnotificações (Gomes & Filho, 2013; Santos & Dell’Aglío, 2010).

Na literatura, nota-se uma semelhança nos conceitos de violência sexual e abuso sexual e alguns autores os compreendem como sinônimos. Florentino (2015), porém, salienta que a violência sexual constitui um termo mais vasto que abarca os conceitos de exploração e abuso sexual. Este primeiro trata da relação mercantil produzida a partir do comércio do corpo/sexo, através do tráfico, turismo sexual, prostituição e pornografia (Florentino, 2015).

Já o abuso, corresponde a

Todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, cujo agressor encontra-se em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado do que a criança ou o adolescente. . . Ocorre através de práticas eróticas e sexuais impostas à criança ou ao adolescente pela violência física, ameaça ou indução de sua vontade, podendo variar desde atos em que não se produz o conchtato sexual (voyerismo, exibicionismo, produção de fotos), até diferentes tipos de ações que incluem contato sexual sem ou com penetração (Santos & Dell’Aglío, 2010, p. 328).

O ASI apresenta uma dinâmica de funcionamento própria, na qual o abusador, de forma sutil, vai conquistando gradualmente a confiança e o afeto da vítima, utilizando-se

disso para iniciar e manter os contatos sexualizados, que vão avançando em nível de intimidade. Na maioria das situações, as crianças não identificam de imediato que a interação é abusiva e, por isso, não a revelam a ninguém. Ao passo que os contatos abusivos vão evoluindo e se tornando mais explícitos, a vítima identifica a violência (Habigzang & Koller, 2011; Santos & Dell’Aglia, 2010).

O que diferencia a violência sexual (e, conseqüentemente, o abuso sexual) dos outros tipos de violência, segundo Azambuja (2011), é a *negação* ou *síndrome do segredo* (Furniss, 1993) - que diz respeito não apenas à criança, mas à família - reforçada pela ausência de vestígios físicos do abuso. Estudos apontam que o sexo oral e a manipulação dos órgãos sexuais fazem parte das categorias mais corriqueiras de abuso sexual, sendo mais difícil de constatar o abuso devido à ausência ou sutilidade de evidências corporais (Gonçalves, 2003). Além disso, o abuso sexual ocorre, em grande parte das vezes, dentro de relações nas quais a criança é ou está implicada. À vista disso, a hipótese de ocorrência do abuso não deve ser ignorada na ausência de manifestações corporais, fazendo-se necessária uma investigação especializada que tenha como base o estado emocional da criança e seus comportamentos (Salvagni & Wagner, 2006).

Como conceitua Azambuja (2011), a *síndrome do segredo* faz parte tanto das fases em que o abuso ainda não foi constatado - podendo perdurar por anos, estando associado a ameaças por parte do abusador para fragilizar a criança - como das fases que envolvem o acompanhamento de sistemas de saúde ou sistemas de justiça, em que a criança nega o acontecimento.

No contexto de abuso intrafamiliar o silenciamento é ainda mais presente, devido aos laços afetivos que envolvem a criança aos seus pais e familiares. Nessa lógica, a família constitui um sistema fragilizado, na qual o segredo promove uma sensação ilusória de

unidade e controle da situação. Quando o segredo é quebrado, a família e seus componentes deparam-se com o desafio de construir novos limites e papéis familiares (Santos, 2007).

Quanto aos meninos vítimas de abuso, podem sentir-se ainda mais receosos do que as meninas em romper o silêncio devido à compreensão da relação abusiva como sendo homossexual, o que pressupõe a estigmatização e a discriminação (Cohen & Gobetti, 2000). Devido à homofobia, bastante presente em nossa cultura, o menino vitimizado também pode sentir-se confuso quanto à sua orientação sexual, o que dificulta a revelação do abuso. Outrossim, há um estereótipo que caracteriza como responsabilidade dos homens a iniciativa quanto aos primeiros contatos sexuais, constituindo-se em mais um obstáculo para a quebra do segredo (Sanderson, 2005). O silenciamento, pois, corrobora para a desproteção da criança, para a manutenção do abuso e, por conseguinte, para a impunidade do abusador (Habigzang, Ramos & Koller, 2011; Sanderson, 2005).

Impactos afetivos, sexuais e sociais do abuso na infância

A vivência do ASI pode acarretar em consequências que repercutem em todas as áreas da vida da vítima (física, social, sexual, psíquica, etc.). Posto isto, tal fenômeno está associado a prejuízos de longo prazo e representa um fator de risco à medida que pode contribuir para a manifestação de alterações funcionais e psicológicas (Florentino, 2015; Lira et. al., 2017). Também pode acarretar em psicopatologias severas (Romero & Capitão, 2007, citados por Florentino, 2015), prejudicando o desenvolvimento do indivíduo em decorrência da violência sofrida.

Alguns estudiosos da área, como Furniss (1993), Habigzang e Caminha (2004) e Sanderson (2005), ponderaram que para se compreender as consequências do ASI é necessário levar em consideração algumas especificidades da situação abusiva, tais como: a

idade em que se iniciou o abuso (ainda não foi identificado em qual idade os danos são maiores), a durabilidade e incidência (maior duração e incidência sugerem maiores prejuízos); a intensidade da violência (o uso de força por parte do abusador pode provocar mais consequências negativas); a diferença de idade entre abusador e vítima (quanto maior for a diferença, maior a severidade dos prejuízos); a relação vítima-abusador (os efeitos negativos são graves em função de um maior nível de proximidade e intimidade); a proteção pelas figuras parentais e o suporte social (na ausência destes, há maiores danos psicológicos); a presença de ameaças e violência psicológica; e modo em que se deu a atividade sexual (com penetração violenta resulta em maiores prejuízos).

A curto prazo, os meninos vítimas de ASI podem apresentar confusão nas suas relações. Podem se sentir desorientados com relação à sua masculinidade e/ou orientação sexual, bem como tentar reafirmar sua masculinidade por meio de comportamentos inapropriados (Habigzang & Koller, 2012). Também podem manifestar comportamentos sexuais incongruentes com sua idade, sendo eles inadequados e persistentes, como: introdução de objetos ou dedos no ânus; masturbação compulsiva; e aliciar crianças mais novas que ele e mais vulneráveis para atividades sexuais, as quais não ocorrem de maneira espontânea e despreocupada porque se manifestam como expressão da raiva, fúria, medo e ansiedade consequentes do abuso, combinados com agressão. É comum, então, a presença de violência, coerção e ameaças tal como o não consentimento mútuo nessas atividades (Sanderson, 2005).

Nessa perspectiva, também se deve considerar o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), vivenciado pela maioria das vítimas de abuso sexual, que se relaciona à vivência de um evento que foge ao curso normal da vida humana, provocando um impacto

emocional grave na vida do indivíduo e resultando em prejuízos à saúde física e emocional deste (Florentino, 2015).

A longo prazo, tais consequências podem perdurar ou até mesmo ser agravadas na ausência de intervenções apropriadas. No tocante aos efeitos manifestos tardiamente, as vítimas de ASI podem demonstrar níveis elevados de estresse; conflitos profissionais, conjugais e familiares (Edwards et. al., 2001, citados por Habigzang & Koller, 2011); pouca habilidade na resolução de problemas interpessoais; abuso de álcool e outras drogas (Florentino 2015); comportamento auto e hétero-destrutivos; genofobia (coitofobia); disfunções sexuais; baixa autoestima (Day et al., 2003); graus mais intensos de culpa, hostilidade, raiva, isolamento, ansiedade e depressão; transtornos psiquiátricos, como pensamentos invasivos, fobias agudas, dissociação afetiva e ideação suicida (Florentino, 2015).

Quando adulto, o indivíduo vítima de ASI pode experienciar sonhos e *flashbacks* que o fazem vivenciar novamente o evento traumático, impactando sua vida social. Além do mais, esse adulto pode ter dificuldades na transformação de sua imagem corporal, pois, em decorrência da violência sofrida na infância - na qual teve seu corpo não apenas desejado, mas dominado por outra pessoa -, ele tende a almejar que sua imagem corporal esteja distante do que ele considera como padrão de beleza, de forma a tornar-se indesejável ou desconsiderado pelo interesse sexual de outrem. Isso ocorre porque as emoções e os sentimentos humanos não estão dissociados do corpo (Rezende, 2013). Como caracteriza Schilder (1950, citado por Erthal, 2013, p. 88): “a topografia do modelo postural do corpo será a base de atividades emocionais. Nossas emoções e ações são inseparáveis da imagem corporal”.

Nesse sentido, Erthal (2013) discute que, por ser a parte mais concreta e visível do eu, o corpo possui um papel de grande importância nas percepções. A partir do eu físico é que a existência do sujeito é assegurada. A noção corporal, então, é fundamental para a consolidação de sua identidade. Desde os primeiros momentos de vida, esse sujeito se relaciona com o mundo ao seu redor e o conhece, enquanto as sensações e movimentos lhe proporcionam à consciência quem ele é, pois, à medida em que experimenta o mundo, conhece a si. A noção do eu, entretanto, não vai ser produto apenas das sensações e percepções do indivíduo, mas de sua interação com objetivos e pessoas (Erthal, 2013). A vivência do ASI, por estar ligada à dominação do corpo e por deixar marcas que são, além de tudo, físicas, sensoriais e psicológicas, pode acarretar em efeitos significativos na construção da identidade e noção do eu do sujeito vitimizado, o que afeta, conseqüentemente, a forma como compreende e constrói suas relações.

Rede de proteção e cuidado

De acordo com o ECA (art. 18º da Lei 8.069 de 13/07/1990), “é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (Brasil, 1990). Diante disso, tanto a família, como os serviços e a escola devem agir mutuamente de maneira a proteger a criança e o adolescente.

Quando a criança vítima de abuso sexual rompe o silêncio e revela o abuso, a rede de apoio socioafetiva tem a potencialidade de minimizar ou agravar os prejuízos causados pela violência sofrida. Essa rede corresponde ao conjunto de dispositivos e pessoas relevantes nas relações com a criança, que podem agir em função de preservá-la e ampará-la. No concernente aos casos de ASI, família, escola e comunidade compõem a rede, assim como as

seguintes instituições: Conselho de Direitos da Criança, Conselho Tutelar, Ministério Público e Juizado da Infância e Adolescência, Delegacia, assistência social (Centro de Referência da Assistência Social e Centro de Referência Especializado da Assistência Social), serviços de saúde (assistência primária, secundária e terciária) e abrigos (Habigzang, Ramos & Koller, 2011).

Perante o desafio de planejar intervenções adequadas com o fim de proteger a criança e atenuar os danos sofridos por ela, percebe-se um despreparo por parte dos profissionais (médicos, psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais, professores ou juristas) e das instituições (escolas, serviços de saúde e dispositivos jurídicos) que integram a rede em lidar com os casos de ASI (Habigzang & Koller, 2011).

Em um estudo realizado por Habigzang, Ramos e Koller (2011) sobre a revelação do abuso e as medidas adotadas pela rede de apoio, preponderou-se a revelação do abuso para pais ou outros familiares, sendo estes os responsáveis por realizar as denúncias. Entretanto, boa parte não realizou uma denúncia formal, o que fez com que as crianças permanecessem vulneráveis à situação. A não realização de denúncia formal constitui um fator de risco pois viabiliza que a criança seja revitimizada e favorece que os abusadores continuem impunes (Habigzang, Ramos & Koller, 2011; Sanderson, 2005). Além do mais, muitos casos de abuso ocorrem no contexto intrafamiliar (Santos & Dell’Aglío, 2010), e em outros, os pais e/ou familiares não acreditam no relato da criança (Santos & Dell’Aglío, 2013), o que pode fazer com que a família, que deveria ser fator de proteção integrante da rede de apoio, estabeleça-se como fator de risco.

Conforme o que é apresentado pelos estudos realizados dentro desta temática, a ausência de um atendimento especializado adequado durante a infância e adolescência do indivíduo vitimizado aumenta a probabilidade de este desenvolver distúrbios psíquicos na

adulterez. Devem ser consideradas as diferentes etapas que abarcam a situação abusiva - a partir da denúncia, desdobrando-se na investigação e cuidado à vítima -, pois os procedimentos a serem adotados nesse processo demandam diferentes profissionais e dispositivos, contando com inúmeros desafios. Nesse contexto, a comunicação e a articulação entre os serviços são fundamentais (Neves, Castro, Hayeck & Cury, 2010).

Hoje existem, no Brasil, modelos de serviços de atendimento específicos na temática da violência que se configuram constituintes da rede de apoio e proteção a crianças e adolescentes vítimas de violência. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é um dispositivo público nacional que oferece assistência às famílias em vulnerabilidade e risco social, ou que tiveram seus direitos violados. Deve oferecer o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), bem como orientação e encaminhamento para os serviços de assistência social e outros serviços públicos presentes no município, fornecendo orientação jurídica, informações pertinentes e apoio à família⁴.

Com a Lei 13.431/2017 foram estabelecidas garantias de escuta protegida às crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violência, bem como normas para a integração das políticas públicas que visam a atenção e proteção dos mesmos, através da implementação de centros de atendimento integrado aos meninos e meninas vítimas de violência. Antes mesmo que essa lei vigorasse, algumas cidades já haviam realizado iniciativas de caráter similar. Têm-se como exemplo: Centro de Atendimento ao Adolescente e à Criança (CAAC) – Rio de Janeiro/RJ, Centro Integrado dos Direitos da Criança e do Adolescente – Vitória da Conquista/BA, Centro de Referência ao Atendimento Infantojuvenil (CRAI) – Porto

⁴ Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/idades-de-atendimento/creas>

Alegre/RS, Bem Me Quer Terê – Teresópolis/RJ, Pro Paz Integrado Criança e Adolescente – No Pará e no Distrito Federal foi implantado o Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio (Childhood Brasil, 2017).

Inaugurado em 2016, o Centro 18 de Maio é uma unidade pública que propõe atendimento humanizado às vítimas de ASI, com o objetivo de lhes proporcionar uma proteção integral. Visando viabilizar uma ação conjunta da rede e evitar a revitimização dessas crianças e adolescentes, que muitas vezes têm de contar e recontar a história do abuso em diferentes instituições e para diversas pessoas, os atendimentos são realizados em um mesmo espaço - o Centro -, associando proteção e responsabilização⁵. Recentemente, no mês de junho de 2019, houve a inauguração de um Centro 18 de maio na cidade de Palmas/TO, nos mesmos moldes do centro localizado em Brasília⁶.

Outro serviço presente na rede de atendimento do DF é o Programa de Pesquisa Assistência e Vigilância à Violência (PAV), que oferta atendimento especializado, de cunho biopsicossocial, às vítimas (e suas famílias) e aos autores de violência sexual (e suas famílias, sendo estes adolescentes). Realiza a promoção à saúde e educação em saúde, a notificação dos casos, prevenção de violência e encaminhamentos necessários, seja para serviços dentro do próprio programa, seja para outros setores (Silva, Stroher & Andréev, 2017).⁷

Observa-se, então, que a articulação entre sistemas e profissionais do serviço público, com o objetivo de assegurar os direitos da criança vítima de violência só é possível mediante

⁵ Disponível em: <http://www.crianca.df.gov.br/centro-18-de-maio/>

⁶ <https://portal.to.gov.br/noticia/2019/6/11/18-de-maio-centro-integrado-de-atendimento-a-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-violencia-e-inaugurado-em-palmas/>

⁷ Desde a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) diversas políticas públicas foram construídas com o intuito de proteger a criança e ao adolescente. Políticas de apoio à vítimas de abuso sexual infantil e violência na família têm crescido muito desde então, como as acima citadas. A eficácia dessas instituições, entretanto, depende dos interesses e da priorização dada pelos governantes vigentes, o que leva, muitas vezes, a uma falha na implementação das mesmas e ao sucateamento de seus serviços.

a denúncia que, conseqüentemente, só pode ser feita após a quebra do silenciamento por parte das vítimas. Considerando que existem diversos fatores dificultantes para a revelação do abuso - em especial contra meninos (Sanderson, 2005) - e que em muitos casos não é realizada uma denúncia formal (Habigzang, Ramos & Koller, 2011), a rede de proteção dessas vítimas fica deficiente à proporção que não conta com uma equipe multiprofissional e instituições especializadas e elas acabam não recebendo o acompanhamento necessário.

No que tange à rede de apoio social, é compreendida como “conjunto de sistemas e de pessoas significativas, que compõem os elos de relacionamento recebidos e percebidos do indivíduo” (Habigzang, Azevedo, Koller e Machado, 2006, p. 380). A este conceito foi, recentemente, acrescentado o elemento afetivo, levando em consideração que o afeto é parte importante na construção e manutenção do apoio social (Habigzang, Azevedo, Koller e Machado, 2006).

A família, especialmente os pais, correspondem à rede fundamental da criança. Conforme ela cresce e se desenvolve, constroem-se relações sociais externas ao círculo familiar, o que acarreta na expansão da rede e, conseqüentemente, do suporte. Na adolescência, por exemplo, os pares são considerados como fonte principal de apoio e assumem um lugar significativo na rede social do sujeito. A família, ainda assim, permanece ocupando o papel central. A rede social pessoal, logo, possui caráter dinâmico (Sluzki, 1997; Dias, Sequeira & Guadalupe, 2016).

A rede social pessoal é considerada essencial na adaptação social dos indivíduos, em sua saúde, seu bem-estar e nos momentos de crise, visto que auxilia na promoção de resiliência ao longo do desenvolvimento (Dias, Sequeira & Guadalupe, 2016). Os laços duradouros, portanto, são vistos como primordiais porque proporcionam auxílio em meio às crises, viabilizando o enfrentamento e a superação (Juliano & Yunes, 2014). A possibilidade

de um desenvolvimento adaptativo, mesmo face a eventos traumáticos, protege a criança e o adolescente vitimizados quanto a doenças, sintomas psicopatológicos e sensações de desamparo (Habigzang, Azevedo, Koller & Machado, 2006).

Nessa perspectiva, é importante considerar que, apesar da impossibilidade de receber auxílio profissional em decorrência da não realização da denúncia, a vítima de ASI, ao dispor de uma rede social pessoal (composta pelas relações por ela construídas, sejam elas familiares, de amigos, da comunidade, do trabalho e de outras instituições), pode desenvolver fortemente resiliência e manejo para lidar com o sofrimento provocado pela situação abusiva.

Método

Delineamento

Optou-se pela utilização de uma abordagem qualitativa, haja vista o caráter complexo do ASI, em se tratando de um fenômeno multidimensional. Por estarem implicados aspectos da subjetividade humana, o método qualitativo se torna eficaz, pois permite um olhar sobre o fenômeno mediante a descrição e interpretação dos próprios sujeitos que o vivenciaram, compreendendo-o a partir de suas crenças, valores e representações (Chaves, Sanchez Ribeiro & Nappo, 2011).

Na abordagem qualitativa, tem-se a pesquisa narrativa que busca entender a vivência do sujeito por intermédio de uma relação colaborativa entre pesquisador e pesquisado (Clandinin & Connelly, 2000, citados por Paiva, 2008). A narrativa não constitui apenas uma apresentação de cenas isoladas, mas a configuração dessas cenas em uma história. Ao contar uma história, estão implicadas duas dimensões: a cronológica, relacionada à sequência de acontecimentos; e a não-cronológica, que corresponde à estruturação de um todo partindo de episódios sucessivos, isto é, à construção de um enredo. O enredo é o que fornece coesão e significado à narrativa, além de conceder o contexto que permite compreender as relações, os eventos, os atores, as finalidades, as descrições e a moral que, em geral, fazem parte da história.

Dentro da narrativa, o enredo assume duas funções singulares. Primeiramente, é ele que demarca o espaço-tempo entre o começo e o fim da história. Apesar da não-linearidade dos fenômenos sociais, dar início e fim aos acontecimentos proporciona uma atribuição de sentido. Dessa forma, é possível que os narradores construam sentido sobre suas experiências ao transformá-las em narrativas, dando-lhes início e fim demarcados. Em segundo lugar, o

enredo fornece parâmetros para a escolha de quais eventos devem compor a narrativa, para a forma como esses eventos serão apresentados em um encadeamento que se desenrola até o desfecho da história contada; e para a elucidação dos significados implícitos dos eventos que colaboram com o sentido da narrativa em sua totalidade (Jovchelovitch e Bauer, 2002)

Participantes e Local

O estudo foi realizado com um homem adulto que foi vítima de abuso sexual na infância, residente do Distrito Federal, escolhido por conveniência. Na amostra por conveniência, o pesquisador seleciona indivíduos da população em estudo que demonstrem mais acessibilidade, colaboração ou disposição em participar da pesquisa (Freitag, 2018). O local para a coleta de dados foi escolhido conjuntamente - participante e pesquisador - de modo a manter o sigilo, privacidade, conforto e adequação a ambos.

Instrumentos

A entrevista narrativa (EN) (Jovchelovitch e Bauer, 2002) visa estimular o indivíduo a narrar a história de algum acontecimento relevante em sua vida e do cenário social, seguindo um fluxo gerado pelo próprio narrador que abarca três dimensões centrais: textura detalhada, fixação da relevância e fechamento da Gestalt. A textura detalhada permite ao ouvinte compreender a narrativa ao passo que o narrador apresenta as cenas de maneira em que a passagem de um acontecimento a outro seja coerente; a fixação da relevância evidencia núcleos temáticos definidos pelo narrador (estrutura de relevância) a partir da compreensão que este tem de mundo e de acordo com o que ele considera importante, enfatizando os elementos do evento que são relevantes para si; por fim, o fechamento da Gestalt refere-se ao

desenredo do fato contado e sua conclusão. O evento central da narrativa deve ser desenvolvido totalmente, sendo descrito o seu início, meio e fim.

São quatro as fases da entrevista narrativa: a) iniciação - quando são informados ao participante os procedimentos peculiares desta entrevista; b) narração central - em que o participante conta a narrativa, que não poderá ser interrompida antes que esteja explícito que a história foi concluída; c) fase de questionamento - na qual o entrevistador tem a liberdade de realizar perguntas que emergiram da narrativa apresentada, utilizando o vocabulário do próprio narrador e d) fase conclusiva - quando o gravador é desligado e ambos podem conversar, podendo levar a discussões proveitosas (Jovchelovitch e Bauer, 2002).

Este tipo de entrevista constitui um instrumento útil às pesquisas qualitativas na área de abuso sexual, pois propicia o acolhimento do indivíduo ao relatar a sua história. “Apesar do difícil acesso ao conteúdo, ao narrar sua história, sente-se acolhido e não raro, apresenta reflexividade notável na fala, quando verbaliza insights não revelados anteriormente para si” (Lordello & Costa, 2013, p. 132). Deste modo, é possível, por meio da narrativa, dar ordem à desordem, abordando um fato que por si só é desconfortável e emerge defesas que encobrem a elaboração emocional dos sujeitos vitimados. A narrativa pode produzir, portanto, um efeito interventivo (Murray, 2008, citado por Lordello & Costa, 2013).

Assim, foi dado ao participante o seguinte enunciado:

Ao longo da nossa história, nós podemos vivenciar situações atípicas e, mesmo que outras pessoas tenham vivenciado situações parecidas, nós somos os únicos capazes de falar sobre a nossa experiência. Eu gostaria que você compartilhasse a respeito da experiência que você passou (o abuso), me mostrando como você acredita que ela refletiu nas diferentes áreas da sua vida até você se tornar quem você é hoje.

Este enunciado teve como objetivo esclarecer ao participante o que era esperado dele na construção da narrativa.

Análise de Informações Construídas

Partindo dos pressupostos da metodologia de pesquisa qualitativa em psicologia e do instrumento das narrativas utilizado - o qual foi analisado também a partir das características paralinguísticas (tom de voz em que se conta, mudanças na entonação, expressões faciais, momentos de pausa, silêncio que caracteriza um narrativa não ouvida, etc.) que são essenciais para compreensão do que não foi dito pelo narrador - optou-se pela análise de conteúdo de caráter construtivo-interpretativo, proposta por González Rey (2005).

Dentro desta metodologia de análise de informações, **indicadores e zonas de sentido** são construídos após observações; transcrição e leitura exaustiva do material empírico; e interpretação do pesquisador (González Rey, 2005).

Os **indicadores** são categorias que abrigam as falas, as observações e o silêncio do material empírico. São os elementos que adquirem significação por meio da interpretação do pesquisador. São construídos sobre a base da informação implícita e indireta, representando um momento hipotético no processo de produção da informação. “Os indicadores são categorias que facilitam o seguimento dos complexos processos que caracterizam qualquer pesquisa contextualizada no estudo da subjetividade humana” (González Rey, 2005, p.114).

Essas categorias produzidas constituem-se em instrumentos para a definição de **zonas de sentido** sobre o problema estudado. Para González Rey (2005), as Zonas de Sentido referem-se aos espaços de inteligibilidade produzidos na pesquisa científica e que não esgotam o que é estudado. Pelo contrário, geram a possibilidade de novas ações sobre a realidade, como também o surgimento de novos conhecimentos. “As zonas de sentido... não são identificadas nos dados obtidos, mas construídas do ‘diálogo’ com os dados, que são uma referência dos processos construtivos do pesquisador” (p. 123).

Para o presente trabalho, inicialmente foram delimitados eixos de análise, norteados pelos objetivos propostos. A partir destes eixos e com a leitura fluente e exaustiva das entrevistas narrativas, foram construídos indicadores e a partir destes, as zonas de sentido que nortearam a discussão da pesquisa.

Procedimentos Éticos e Coleta

Após a submissão e aprovação do projeto pelo Comitê de Ética (CAAE 32186220.6.0000.0023), a pesquisadora entrou em contato com alguns homens vítimas de abuso sexual na infância para convidá-los a participar da pesquisa. Após o aceite de um deles, foram marcadas a data e horário da entrevista, de acordo com a disponibilidade do participante. Antes do início da entrevista, foi apresentado a ele o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE, Apêndice A) para assinatura. A entrevista foi gravada a fim de ser transcrita posteriormente pela pesquisadora com o intuito de viabilizar uma análise de dados mais fiel ao conteúdo original.

Neste sentido, após a transcrição literal e leitura exaustiva do material, foi possível construir um quadro que sistematizava as informações obtidas pelo participante, de acordo com os objetivos propostos no estudo. Neste quadro, foram trabalhados os indicadores que surgiam do instrumento e quais as falas, frases e observações justificavam cada indicador em questão. Em seguida, foi feita uma análise dos indicadores, articulados com os pontos que mobilizavam o sujeito e não com o que aparecia com maior frequência ou era mais semelhante. Na análise dos indicadores, à medida que revelavam sentidos comuns aos olhos da pesquisadora, foram agrupados em categorias ou hipóteses construídas, intituladas zonas de sentido. Portanto, a seguir, serão apontados os resultados da pesquisa, a partir das

vivências relatadas pelo participante sobre a história do abuso e, logo em seguida, será feita a discussão das informações construídas, por meio de três Zonas de Sentido.

Resultados

A seguir serão apresentadas as informações construídas a partir das vivências do participante da pesquisa, de acordo com os seguintes eixos de investigação: sua história; síndrome do segredo; repercussões, reflexões e sentimentos acerca do abuso; e rede de apoio social do indivíduo. Os nomes retratados em seguida são fictícios a fim de preservar a identidade do participante.

Sua História

Bernardo, 24 anos, sexo masculino, nascido no Ceará. Mudou-se, aos 2 anos de idade, para o Distrito Federal com seus pais. Seu irmão (hoje com 21 anos) e sua irmã (20 anos) nasceram aqui. A região em que moravam é considerada de classe média baixa.

Durante a infância, sua vida familiar era conturbada devido aos problemas que o pai enfrentava com o alcoolismo (além de ter um bar próximo à sua casa, no qual ocorriam frequentes brigas), o que acarretava em muitas crises parentais. Além disso, havia um bar próximo à sua casa, no qual ocorriam frequentes brigas, das quais o seu pai quase sempre fazia parte. Quando era adolescente seu pai foi preso, o que levou sua mãe a trabalhar integralmente para poder sustentar os filhos, com muita dificuldade. Foi um momento de grande conflito para a família, financeiro e emocional. Devido à impossibilidade da presença dos pais, muitas vezes Bernardo tinha que assumir o papel de cuidador dos irmãos.

Quando ele tinha 20 anos, seu pai já havia cumprido a pena designada, portanto voltou ao convívio familiar. As condições já não eram as mesmas, pois o pai não voltou mais a ter crises ligadas ao uso de bebidas alcoólicas.

Tanto Bernardo quanto seus dois irmãos começaram a trabalhar ainda na adolescência, e todos estudaram por toda a vida em colégio público, somando algumas

reprovações. Namorou, dos 20 aos 21 anos, sem relações sexuais. Um ano após o término do seu namoro, afastou-se da sua igreja e se tornou sexualmente ativo, uma experiência que, para ele se mostrou substancial.

Hoje ele ocupa o cargo de Cabo na Força Área Brasileira (FAB), e está cursando pedagogia. Descreve o ambiente familiar atual como um lugar de paz, de bom convívio e harmônico, o que difere drasticamente do passado.

Apesar de não se recordar exatamente de que forma ocorreu o abuso pela primeira vez, nem a idade exata do abusador, lembra-se que tinha 6 anos de idade, e acredita que o abusador, um adolescente do sexo masculino - aqui será chamado de Vitor - tinha entre 15 e 17 anos. Vitor fazia parte do seu rol de amigos, colegas e vizinhos da região onde morava. Segundo Bernardo, o adolescente aparentava estar sempre à procura de sexo, constantemente com as mãos nos genitais e convidando garotas para a região florestal que ficava próxima ao local que eles moravam, com intenção sexual.

Desde que se lembra, os abusos ocorriam sempre e somente por meio de penetração anal. Devido à baixa condição financeira de sua família, também afirma que muitas vezes recebia oferta de barganha, o que ele chama de troca:

Teve algumas vezes que foram em forma de troca... Entendeu? Tipo... Troca no sentido assim, se eu fizesse, que eu não tinha muita consciência, me dava uma pipa, entendeu? Então teve algumas vezes que foi assim... Outras vezes (...) foi inocência mesmo (Bernardo).

Bernardo diz que não sabe como, mas seus amigos e colegas tiveram ciência do que aconteceu com ele. Após sofrer bullying por parte destes (quando tinha 7 anos), sendo chamado de “viadinho” (sic), ele afirma ter “tomado consciência” de que aquilo era errado. Por conta disso, um dia, em um jantar em sua casa (no qual Vitor estava presente), sentiu

muita vergonha dele. Assim, quando este foi tentar molestá-lo novamente, ameaçou contar para os seus pais. Foi dessa forma que os abusos cessaram.

Bernardo ressalta que o bullying que enfrentava na época era muito pesado, o que o deixava com muita raiva e vontade de chorar. Se chorava, a “zoeira pesada” (como ele descreve) se intensificava. Os amigos/colegas utilizavam expressões como: “te comeu”, “deu para ele” e “viadinho”.

Entre 1 e 2 anos após a interrupção dos abusos, Vitor mudou-se da região. Retornou quase 10 anos depois, quando Bernardo tinha 17 anos. Até hoje não trocam palavras e o clima quando se esbarram na rua é constrangedor, sendo que ambos desejam evitar o contato.

Um Segredo de Estado

Antes de entender, conscientemente, que os abusos eram “errados”, Bernardo lidava com eles como se fossem algo comum, inocente. Devido a isso, cedia sempre aos pedidos de seu abusador. Afirma acreditar que muitos na vizinhança sabiam o que ocorria, devido aos comentários e conversas que circulavam após Vitor ter se mudado de lá.

Por ter sido ensinado com base nos preceitos cristãos, alega ter entendido que o abuso que sofria era errado por se tratar de uma relação homossexual, somente. Atribui à sua inocência de criança o fato de não compreender o que ocorria com ele. Mas quando passou a ser chamado de “viadinho”, começou a suspeitar de que aquela situação era errada, mesmo que, ainda, de forma emaranhada. Entendia que o erro residia em ser uma relação homossexual, e não por estar sendo persuadido a um envolvimento para o qual não tinha idade, maturidade e entendimento. Apenas após o início dessas provocações ele passou a sentir vergonha de seu abusador. Destacou que sentia medo de seu pai descobrir e castigá-lo,

por considerá-lo homossexual, e culpando-o por não ter contado nada. Esse foi um dos motivos que o levou a manter segredo.

Nunca pensou em comentar nada com ninguém durante os primeiros anos da adolescência. Afirma ter esquecido completamente o que tinha ocorrido. As reflexões acerca disso se iniciaram quando ele tinha 17 anos e ouviu um homem, em ambiente religioso, contar a história do abuso sexual que sofreu por parte de seu tio. Depois disso, assistiu um DVD de um cantor gospel norte-americano que também contava sobre quando foi abusado sexualmente quando ainda era muito pequeno. Essas situações ocorreram concomitantemente à época em que Vitor voltou a morar na cidade de Bernardo, o que desencadeou recorrentes sentimentos de vergonha e medo nele.

Essa soma de acontecimentos o levou a reflexões ainda mais constantes e intensas, e ao desejo de compartilhar a respeito disso com alguém. Ao passo que desejava compartilhar, sentia muita vergonha e medo da reação das pessoas se contasse. Temia enfrentar o estigma de ser considerado “viadinho” pelos seus amigos e pessoas ao seu redor. Com relutância, acabou contando para o seu amigo mais íntimo, que também era seu mentor religioso, mas nunca realizou uma denúncia formal.

Já na adultez, quando decidiu explicar essa história para sua namorada na época e, posteriormente, para seus pais, descobriu que alguém já havia comentado com o seu pai a respeito dos abusos enquanto estes ainda aconteciam. Em sua opinião, seu pai não acreditou ou achou que fosse brincadeira de criança.

Repercussões, reflexões e sentimentos

Logo quando começou a ser caçoado pelos colegas e amigos da região onde morava, Bernardo experimentou com intensidade alguns sentimentos que mais tarde voltaria a

vivenciar novamente. Na escola, quando era abordado o tema “sexualidade”, disse já saber de tudo, que tinha aprendido na rua, mesmo não tendo comentado com ninguém. Viveu dos 8 aos 16 anos sem adentrar a história do abuso que, como afirma, esqueceu completamente.

Posto isto, ao se deparar com a vergonha que sentia de seu abusador quando este retornou, e após ter ouvido histórias sobre outros homens que sofreram esta violência, a inquietação dentro de si era tanta que Bernardo foi surpreendido com uma série de questionamentos sobre si mesmo e a sua sexualidade. Primeiro, acreditava que por uma “sina” (sic) ele acabaria sendo homossexual, como consequência do que viveu na infância. Toda vez que recebia propostas, olhares e interesse de algum homossexual, ele achava que acabaria, um dia, sendo “empurrado” para isso, mesmo que não sentisse (e afirmou com ênfase que nunca sentiu) atração por pessoas do mesmo sexo.

Ao começar a namorar, por sentir atração física por sua namorada e desejá-la sexualmente, comportando-se de maneira a saciar seus desejos, achava que era um doente, que o que sentia era algo além do normal, e acredita que em parte isso se devia à educação cristã que recebeu. Foi por causa dessa linha de raciocínio que resolveu expor sua história tanto para sua namorada, como para os seus pais, em busca de ajuda profissional e espiritual para lidar consigo e com os seus desejos.

Outra questão que lhe era relevante: achava que teria algum tipo de “disfunção sexual” que o levasse sempre em busca de “algo mais”, como se nunca pudesse ser 100% satisfeito sexualmente. Pensava que tentaria se relacionar sexualmente com mulheres e homens, de todas as maneiras e jamais seria satisfeito, sempre estaria “em busca de”. A isso ele nomeou de “depravação” e “prostituição”.

Após terminar seu namoro, afastou-se da igreja e se tornou sexualmente ativo, o que, para ele, fez com que fossem sanadas todas as questões acima. Entende que tudo isso não

passou de “viagens” dele, que criou muitas crenças infundadas, baseadas no achismo e no que pensava que seria o seu destino em consequência do abuso que viveu. Crê que ter vivido experiências sexuais foi imprescindível para entender que poderia ser plenamente satisfeito em uma relação sexual “normal” (sic) com mulheres, sem buscar algo além.

Hoje, na vida adulta, relata ter um receio que ainda permanece: não gosta de proximidade física com homens homossexuais e, atrelado a isso, não gosta que o chamem de “viado” e “viadinho”, nem que façam piadas com ele nesse sentido, mesmo que não estejam correlacionadas ao abuso que sofreu. Independentemente da reflexão que construiu sobre não ter sentido prazer sexual na infância ao ser abusado, e depois dali, jamais ter sentido atração por homens, a proximidade física com homens de orientação homossexual para ele é algo que o incomoda bastante.

Rede social pessoal

Na infância, os amigos de Bernardo eram os mesmos que faziam bullying com ele. Assinalou que sempre era o mais novo do rol de amigos, o que o fazia vivenciar os eventos de forma mais emocional.

Sobre a escola, declara que teve um papel muito importante, sobretudo quando ficou doente (púrpura) e quando seu pai foi preso. Para ele, a escola e os profissionais educadores foram essenciais e prestativos até o final do Ensino Fundamental, embora ele às vezes se negasse a receber o apoio por conta da vergonha dos outros colegas.

A respeito da igreja, também considera que foi muito importante, mas que um exagero religioso de sua parte acabou prejudicando-o nessa fase da vida. A despeito disso, suas amizades mais próximas da época se formaram através da convivência religiosa.

Ao imaginar que tinha alguma doença psicológica de cunho sexual, compartilhou com sua namorada e com seus pais sobre o abuso sexual que sofreu durante a infância, buscando compreensão e auxílio para enfrentar o que via como um problema. Também, para tentar ajudar outras pessoas que tiveram a mesma experiência, relatou sua história para algumas pessoas que faziam parte de seu convívio religioso.

Atualmente diz se arrepende totalmente de ter contado para qualquer pessoa sobre o que vivenciou, alegando que saber da violência que sofreu faz com que as pessoas mudem seu olhar sobre ele. Menciona que por vezes percebe os seus pais desconversando e privando-o de ter qualquer contato com algo relacionado a situações de abuso como essa, seja na televisão ou outros contextos, como se fosse afetá-lo de alguma forma. Expõe, inclusive, que não se sente uma pessoa normal quando está em algum espaço em que muitos sabem sua história e que não se sente bem dessa maneira. Não gosta de maneira alguma que possam ter pena dele e que o vejam com as lentes daquilo que ele viveu, seja pela violência do abuso, seja pela prisão de seu pai.

Eu não gosto que alguém tenha dó de mim, entendeu? E ficar com isso, tipo: “ah, tadinho, o que ele passou...” (Bernardo).

Não pretende, daqui para a frente, contar sobre o abuso para mais ninguém e cita ter receio de que sua futura companheira se sinta insegura por ele estar escondendo algo. Diz também ser uma pessoa totalmente cética com relação à confiança, e que se sente seguro apenas na presença de pessoas da sua família, as quais ele acredita que não o trairão.

Sente dificuldade ao se relacionar com os sujeitos da sua infância, especificamente por ter o que ele chama de “memória ativa”, lembrando-se claramente de momentos que o afetaram, como o bullying consequente do abuso. Procura tentar vencer essas questões dentro

de si, porque mesmo que haja rancor a respeito de seus amigos não terem feito nada - mesmo sabendo do que se passava com ele - eram crianças como ele, não tinham muito o que fazer ou não sabiam o que fazer acerca disso. Por fim, descreve-se como alguém em busca da normalidade e, se pudesse, reescreveria sua história, sem nenhum grande sofrimento como os que vivenciou.

Discussão

Três Zonas de Sentido foram construídas pela pesquisadora por meio do ‘diálogo’ com as informações acima expostas, levando em consideração indicadores que surgiram dos ditos e não-ditos da entrevista com Bernardo e de sua história. As Zonas construídas diante deste contexto de informações e que serão discutidas a seguir são três: “Esquecer para não mais lembrar”, “O imprevisível, o estigma e o preconceito nas redes sociais” e “Não gosto que ninguém tenha dó de mim”.

Esquecer para não mais lembrar...

Nessa zona serão destrinchados alguns fatores pessoais que influenciaram na manutenção do silêncio em relação à situação abusiva vivida por Bernardo, contemplando, também, a Síndrome do Segredo.

Esquecer significava *fingir a ausência de sofrimento* [grifo da autora], mas isso alimentava em nós dois uma imensa mágoa. Na tentativa de ocultar a dor, e seguir em frente, nos apegávamos ao passado dolorido. A memória estagnada embrulhava o estômago e causava indigestão, as feridas se tornavam pedaços rígidos de corpo (nada ali conseguia circular, ventilar, movimentar) (Camargo, 2016, p. 61).

O texto anterior foi retirado de uma dissertação de mestrado em psicologia clínica. A autora sofreu abuso sexual na infância por parte de seu avô, e descreve com profundidade os mecanismos de defesa que acometem alguém que foi vítima de tal violência. Segundo ela, a nossa sociedade desaprendeu a viver o instante presente e, portanto, não consegue esquecer, mas mentir, omitir e dissimular.

O esquecimento neste estudo (ao qual aqui chamaremos de não-ativo) revela-se como um mecanismo de defesa para mascarar ou não lidar com o sofrimento acarretado pela vivência do ASI. Chama-se esquecimento não-ativo porque não deixa nada para trás, apenas encobre o ocorrido. É mais *fingir o esquecimento* do que esquecer de fato (Camargo, 2016). Surge como uma alternativa plausível se contrastada com um sofrimento profundo, uma dor emocional agonizante que vivencia, ao lidar com essa realidade, alguém que teve seu corpo e sua inocência violados. Apesar de Pelisoli e Dell’Aglío (2015) caracterizarem como um evento incomum, há vítimas de abuso que têm suas memórias reprimidas, e só se lembram do que ocorreu muito tempo depois.

*Eu não parava muito para refletir sobre isso. É... Até esqueci, esquecia...
É, algum tempo da minha vida até esqueci disso, ou tentava não lembrar...
(Bernardo).*

Ao findar os abusos, Bernardo esqueceu, de forma não-ativa, o ocorrido. Desde o final da infância até o fim da adolescência, viveu como se nada tivesse acontecido, encobrindo o vivido. O caminho do esquecimento não-ativo, uma hora ou outra, mostrou-se improdutivo e desgastante. Mais à frente, o sofrimento suprimido veio à tona, mostrando que nada havia sido esquecido, de fato.

O esquecimento não-ativo é ilusório, ao passo que proporciona uma sensação falsa de superação, enquanto ainda carrega-se o peso de um passado não visitado e, portanto, instante

presente. Para mais, o abafamento deste sofrimento se desdobra no silenciar acerca de algo de tão grande relevância, como o abuso sexual, corroborando com a sua continuidade (Camargo, 2016).

. . . É uma coisa que eu nem... não queria conversar, nem eu mesmo comigo mesmo, entendeu? (Bernardo).

Fingir o esquecimento é tão mais atrativo porque para esquecer de verdade implica trazer o acontecimento para o presente, assumindo que aquilo, de fato, ocorreu. Esta última carrega consigo a enorme força do acontecimento em si que, um corpo e uma mente fragilizados não conseguem sustentar. A ideia de que camuflar e tornar não-dita a dor fará cessar o sofrimento, mesmo que bem disseminada, pode ser errônea. A manutenção da memória inerte do acontecimento pode provocar um apego ao passado dolorido, produzindo no interior do sujeito um amargo de ressentimento, tornando-se impossível seguir em frente verdadeiramente (Camargo, 2016). Bernardo não só raciocinou dessa forma durante boa parte da sua adolescência como voltou a pensar assim na adultez. Ele não queria conversar a respeito, não queria tocar no assunto, e suprimiu a lembrança do abuso. Para que contar?

O segredo, na visão sistêmica, é o que sustenta a imagem fictícia de família unida, harmônica, o que impede a sua desestabilização. Ele surge quando há a ameaça de transgressão a uma das leis implícitas ou explícitas que, na família, são estabelecidas por meio da inter-relação entre o intrapsíquico de cada um dos membros da família e o intrapsíquico familiar (Bucher, 1985).

A revelação de alguns segredos pode ter efeito curativo profundo para uns e, para outros, ser completamente destrutiva. Além disso, sintomas de culpa e ansiedade podem corroborar para a preservação do segredo (Imber-Black, 1994). No caso de Bernardo, que culpava-se e temia que seu pai lhe batesse, não era de se surpreender que, mesmo que

inconscientemente, optasse pela manutenção do segredo. Independentemente do segredo revelado ou não, a desestabilização, por mais que desconhecida pelos de fora, já existia.

A primeira vez que eu contei foi por essa sensação de medo, entendeu? Que eu tive da pessoa, primeira vez. Medo, vergonha e por achar que eu tinha que expor aquilo para ser tratado, dentro de mim. Tipo “ah, eu preciso procurar ajuda” (Bernardo).

Quando viu-se assustado pelas próprios sentimentos, buscou falar sobre o que viveu para ser “curado” por meio da fala. Como Camargo (2016) ressalta: esquecer só é possível quando se expõe a ferida, dando a ela a oportunidade de criar [e recriar] vida para além da mágoa e do ressentimento.

O ressentimento, por sua vez, vem como um peso nas costas daquele que cometeu um mal ou uma falta segundo as leis familiares (Bucher, 1985). Neste caso, viria sobre Bernardo, seja sobre a perspectiva do abuso em si [a relação homossexual], seja pela revelação da incoerência familiar, desvelando o segredo. A culpa, em qualquer cenário e quaisquer sejam as causas, foi ressentida.

Eu botei um peso muito grande que isso ultrapassou o peso que eu realmente sentia real que é aquilo que foi com meu pai, né, da questão de ele ser preso... Que foi muito mais sofrimento do que isso gerou na adolescência, juventude. Mas eu coloquei ele [o abuso] numa prateleira acima, sendo que não tinha esse peso todo (Bernardo).

Ao utilizar-se da vitimização como um modo de vida, enxergando-a como a razão de todo o sofrimento, o sujeito fica estagnado na posição de vítima, a qual é sustentada pela rede de silenciamento, inviabilizando a criação de outros caminhos para a história. O silenciamento, portanto, cristaliza a memória, impede que seja diluída no fluxo do tempo a lembrança dolorosa (Camargo, 2016).

Bernardo, no afã dos seus próprios pensamentos e reflexões, assumiu uma posição de eterna vítima, que seria levada pela *sina* [sic] do destino, o destino dos homens que sofrem abuso sexual na infância: ou se tornaria homossexual, ou nunca conseguiria ter seus desejos sexuais plenamente satisfeitos, estaria sempre em busca de algo mais.

E por você tá sempre querendo negar aquele desejo [sexual], você se sentir muito culpado por ele, dá aquela sensação de aumento de desejo. Ah, e por ter acontecido isso [abuso] eu achava que era por isso, e achava que eu estava doente. . . . Aí eu vi que não era algo que eu tinha a mais, não era algo insaciável, mas era um desejo reprimido, por mim mesmo (Bernardo).

Ao se sentir satisfeito se relacionando sexualmente com mulheres, e ao não sentir prazer/atração sexual por pessoas do mesmo sexo, Bernardo chegou à conclusão de que essas concepções não eram nada além de “viagens” dele. Entretanto, essa série de reflexões e desconstruções pelas quais ele passou só foram possíveis depois da exposição da ferida. Até então eram mantidos os segredos; não só da violência sexual, mas de todo um sistema familiar atordoado.

O *esquecimento ativo* [grifo da autora] é aquele que viabiliza assumir o instante presente, expor o passado que ainda o é, com todos os riscos que isso traz; é este passado que, agarrado às entranhas de quem não o superou, impede que o sujeito se mova no presente. É preciso “desfazer o peso da história que impossibilita agir no presente” (Camargo, 2016, p. 64). O mascarar e o ocultamento deste passado sustentam a rede de silenciamento, uma vez que não desfazem a história que o mantém. É o esquecimento ativo que abre caminhos para a criação de formas singulares para enfrentar a imprevisibilidade, movendo o sujeito da dicotomia vítima-agressor e levando-o a protagonizar a sua história.

Eu me arrependo muito de ter contado, assim, para todo mundo que eu contei... é um negócio muito meu. . . . Então, é porque eu tenho um trato

comigo mesmo, né? Agora, tipo, de ninguém mais saber disso, né... Eu já me relacionei com outras pessoas que esse lado da minha vida que não sabem, e eu não tô disposto a contar (Bernardo).

Nesse sentido, pode-se dizer que, em parte, Bernardo alcançou o esquecimento ativo, porque conseguiu desconstruir o que para ele, antes, era um destino implacável de quem tinha sido vítima. Ao mesmo tempo, o arrependimento quanto à exposição e o desejo de nunca mais tocar no assunto mostram que ainda não foi possível esquecer tudo. Ainda há o que machuca, o que incomoda e, sobretudo, amedronta; não especificamente no âmbito pessoal, mas os receios concentram-se, em grande parte, no âmbito social, sobre o que lhe é imprevisível. “Para esquecer-se, há que desgarrar-se das correntes da história que aprisionam em uma única narrativa o vivido” (Camargo, 2016, p. 65).

O ASI constitui-se enquanto Síndrome de Segredo para a criança e para a família (Furniss, 1993; Azambuja, 2011) e como Síndrome de Adição para o agressor (Furniss, 1993), o que caracteriza a dinâmica específica deste tipo de violência, diferenciando-os dos demais. O presente estudo se atém à Síndrome de Segredo, que é determinada tanto por fatores externos como internos à criança. Dentre os fatores internos propostos pelo autor estão a negação e a mentira. Esta primeira ocorre quando a criança não percebe o abuso como sendo abuso, o que ocorreu com Bernardo antes de começar a sofrer bullying por parte de seus colegas:

E acontecia por uma inocência minha de não saber o que era que ele estava fazendo ali, entendeu? Então, tipo, conversava comigo... E falava comigo de um jeito que eu não sabia bem o que tava acontecendo Então teve algumas vezes que foi na casa dele, como na minha... E novamente sem saber muito o que que era Aí até que eu, alguém, ou... Não lembro bem, mas alguém me deu uma consciência de que era errado... (Bernardo)

Pode-se dizer que nesse momento ele vivenciava a negação inconsciente e não-percepção da situação como sendo abusiva. Já na mentira, a criança tem total consciência dos fatos, mas mente em função dos fatores externos que se evidenciam como riscos, como o medo de ser desacreditada, não-protégida e, ainda por cima, castigada (Furniss, 1993), como caracteriza o relato de Bernardo sobre seus sentimentos ao se tornar consciente da situação abusiva como sendo errada:

E o medo de o meu pai saber disso, disso chegar no meu pai... entendeu? Mas isso aí certeza se na época ele soubesse ia dar briga e eu ia apanhar também, de não ter contado, alguma coisa assim... (Bernardo).

É importante ressaltar que, na infância, não parecia compreender que ter relações sexuais fosse algo inapropriado para uma criança, não percebendo de fato o que constituía em erro o abuso sofrido. Acreditava, então, que era errado pelo que seus pais o haviam ensinado sobre as relações homossexuais.

Para garantir que a ação seja mantida em segredo, é comum que o agressor lance mão de ameaças (contra as pessoas significativas para a criança ou contra as relações familiares), mentiras (sobre a natureza do abuso e sobre suas intenções) e barganhas com a vítima (Furniss 1993; Antoni, Yunes, Habigzang & Koller, 2011). Como se tratava de um abuso extrafamiliar, no qual a coesão familiar não é tão ameaçada quanto na modalidade intrafamiliar, o mecanismo mais frequentemente utilizado pelo agressor de Bernardo era a barganha:

Teve algumas vezes que foram em forma de... De troca... Entendeu? Tipo... Troca no sentido assim, tipo enfim, é... Se eu fizesse, que eu não tinha muita consciência, me dava uma pipa, entendeu? (Bernardo).

A pobreza, além de ser um fator de risco para a vivência do ASI (Antoni *et al.*, 2011), também corrobora com a sua continuidade, uma vez que a privação material fortalece o “poder” das barganhas, que se estabelecem enquanto uma gratificação secundária. Esta última (Furniss 1993) corresponde ao oferecimento de recompensas e suborno em troca do abuso ou do sigilo, como um ganho ilusório para a criança. Neste caso, sabendo da condição financeira de Bernardo e de seu desejo de brincar e se divertir com os demais garotos da região, Vitor oferecia pipa para ele em troca do abuso.

Para quebrar o silêncio e romper com o segredo, Bernardo precisou expor a ferida. Frente às consequências dessa exposição, arrependeu-se de tê-la feito. Aí que entra uma de suas grandes decepções: não esperava que, em busca da cura, também encontraria muitas pedras pelo caminho; algumas não foi ele quem jogou, outras foram fabricadas por ele.

O imprevisível, o estigma e o preconceito nas redes sociais

Essa zona de sentido terá por objetivo abordar os dilemas vividos por Bernardo nas suas redes sociais: o bullying sofrido por ele na infância, o estigma e o preconceito em torno do menino vítima de abuso.

Desfazer as amarras das próprias entranhas, aliviar o mal-estar gerado pelos anos de ruminação de um passado indigesto, demandou romper com a rede de silenciamento que ocultava o vivido. Para dizer sim à vida, foi preciso assumir a violência que vivenciei desde cedo. Aceitá-la sem que quisesse desfazer qualquer lágrima, qualquer noite de pesadelos, qualquer dor calejada no corpo (Camargo, 2016, p. 67).

É consenso entre diversos autores, dentre eles, Lambie & Johnston (2015), que a pouca divulgação do abuso sexual sofrido por meninos ocorre devido a concepção de que, inevitavelmente, meninos sexualmente vitimizados apresentarão comportamentos

homossexuais futuramente. Associado a isso, há a própria ambiguidade que assola estes meninos porque, além dessa concepção muito difundida, o primeiro contato sexual que tiveram foi com uma pessoa do mesmo sexo (Sanderson, 2005). Posto isso, é comum que esses meninos sintam desorientação quanto à sua própria sexualidade, além do temor de tornarem-se homossexuais (Hohendorff *et al.*, 2012; Sanderson, 2005).

Ah, sim, eu sofria bullying, né, fia? Bullying porque, tipo, gente que sabia e ficava “ah, viadinho!” essas coisas... Por isso que isso aí que me fez criar consciência. . . A consciência que eu tive de as pessoas falarem para mim por isso aí, foi o bullying, foi nem alguém chegar e falar que tava errado, foi o bullying. . . . Eu lembro que era muito pesado. Não me lembro de um momento específico, mas eu lembro de frases... Pesado, véi... Tipo: “ah, eu fiquei sabendo que o (né, não posso falar o nome da pessoa) tipo, te comeu, deu para ele, não sei o que, viadinho”, essas coisas. Daí pra pior. . . . A linguagem que até hoje em dia que usa, né, tipo, de “deu”, “te comeu”, essas coisas... (Bernardo).

Bernardo não sabe como seus colegas e vizinhos souberam o que lhe acontecia, mas lembra-se dos rostos e das frases que diziam-lhe. Atribui a consciência que teve a respeito do abuso à educação cristã que recebeu. Até então, não se incomodava com isso. A partir do início das provocações e xingamentos, categorizando-o como “viadinho”, passou a sentir medo, culpa, vergonha e muita raiva. Tinha medo do que seu pai faria se descobrisse, culpa por sentir/pensar que participava de uma relação homossexual, vergonha dos seus colegas/amigos e do seu agressor e muita raiva dos insultos que recebia. Junto com a raiva, a vontade de chorar; o choro instigava ainda mais as provocações e, conseqüentemente, seu sentimento de humilhação:

Dava raiva na época, né? Dava raiva, vontade de chorar, chorava, e se chorasse era pior... Entendeu? Era isso... (Bernardo).

Esse foi o start para que Bernardo, aos 7 anos, impedisse que Vitor continuasse com os abusos. É complicado utilizar quaisquer nomenclaturas para definir tal comportamento, tendo em vista que era uma criança interrompendo uma relação que ela não tinha ideia do que se tratava; tinha apenas um emaranhado de pensamentos e sentimentos a respeito.

E a consciência que me deu foi que uma vez eu fui jantar em casa assim, de noite assim, sabendo que tinha acontecido, me deu uma vergonha... Entendeu? Eu não sabia bem o sentimento, mas me deu vergonha. Aí quando foi se repetir eu ameacei contar para alguém e tals... Aí que cessou... (Bernardo).

Como é amplamente discutido na literatura sobre ASI, a criança não tem capacidade física e psicológica desenvolvidas o suficiente para consentir ou resistir ao abuso (Azambuja, 2004; Sanderson, 2005), como é esperado pela sociedade que ela faça. Apesar disso, foi Bernardo quem, usando dos recursos que possuía, deu fim na violência vivida. Neste ponto cabe pensar: o que aconteceria se ele não tivesse feito isso? Por quantos anos mais a violência perduraria?

Penso e Neves (2008), ao discutirem o abuso sexual e a transgeracionalidade, se referem ao ASI como duplo abuso quando se pensa na criança vitimizada: o sexual e o psicológico; a criança encontra-se confusa no tocante ao que houve com ela, sem entender o que é certo e errado, sem saber o que aconteceu com seu corpo e sem poder confiar em sua percepção de si e do mundo. Essa condição de desamparo intensifica ainda mais a dificuldade que a criança - em especial o menino - tem de denunciar seu agressor. Ter que lidar com o silêncio, com o acontecimento preso na garganta, embaralha ainda mais a mente do menino desamparado.

É preciso salientar que o caso de Bernardo não era totalmente desconhecido, sem a apresentação de indícios da ocorrência de uma violência:

Assim, botou embaixo dos panos, porque muita gente também sabia, muita gente também sabia... Assim, do que aconteceu, mas ninguém comentava a respeito, nem nada. Gente adulta sabia, soube, acho que não quis se intrometer... Mas sabia... (Bernardo).

Pereira (2017) compreende a violência como uma ação ou omissão feita individualmente ou em grupo, provocando danos físicos, emocionais e/ou morais a si mesmo ou aos outros. Nesse enfoque, as pessoas que estão cientes do abuso ocorrido mas não se manifestam atuam como perpetuadores de violência. São tidas como cúmplices silenciosas (Ribeiro, Ferrani & Reis, 2004); e seu comportamento omissivo corrobora não só com a perduração do abuso, mas com a não-realização da denúncia e o silêncio das vítimas, uma vez que se sentem desamparadas por aqueles que sabem e temem ser desacreditadas pelos que não sabem.

Em se tratando das redes sociais, dito isto, é importante analisar os seguintes fatores: a ignorância e o desconhecimento a respeito do que caracteriza o abuso e suas consequências, bem como a incapacidade de identificar sinais de ASI apresentados pela criança e pelo ofensor; a cumplicidade ou negligência neste sentido; e a negação e o preconceito que podem contribuir para a perduração do abuso.

Apesar dos esforços dos profissionais e pesquisadores em continuar avançando nos estudos sobre o ASI - aprimorando propostas de intervenção e construindo informações que ajudem a prevenir, proteger e garantir a preservação da dignidade das nossas crianças - este conhecimento ainda é muito concentrado na comunidade acadêmica e pouco difundido em outras esferas. Alguns estudos, como o de Conceição, Costa, Penso e Williams (2020), revelam a prevalência de notificações de ASI realizada pelos responsáveis da vítima.

Todavia, como apontam as pesquisas, compreende-se que o ASI ocorre mais frequentemente

no âmbito familiar (Pincolini & Hutz, 2014), o que se revela como um grande problema de saúde pública e um desafio para o domínio psicopedagógico.

Neste estudo (em que o abuso sofrido pelo entrevistado foi de cunho extrafamiliar), o pai e as pessoas próximas à criança (vizinhos e conhecidos da família), que deveriam, como rede, constituir um fator de proteção, parecem ter demonstrado ineficiência neste quesito (de acordo com os relatos de Bernardo). Segundo ele, muitos sabiam do que se passava e não agiram de forma a interromper e notificar a violência. Identifica-se, com isso, a necessidade de realização de atividades educativas em todos os níveis de atenção (Martins & Jorge, 2010), em especial a primária, que conscientizem e informem a comunidade sobre a dinâmica, os indicadores e as consequências do ASI.

Mas eu tinha isso na cabeça, entendeu? “Caramba, não fizeram nada...” depois de um tempo, “não fizeram nada, não falaram nada, ninguém fez nada... Não sabe o tanto que isso pode prejudicar a vida de uma pessoa” Depois de um tempo eu conversei com o meu pai a respeito disso, e ele falou que alguma pessoa falou com ele na época, só que, tipo, para ele era uma coisa de... Sei lá, como se fosse de criança, não acreditou, não levou a sério, não sei... (Bernardo).

A negligência paterna e dos outros adultos cientes pode ter se dado pela ausência de recursos para compreender de forma significativa o abuso e suas repercussões. Ao mesmo tempo, também pode ter ocorrido em virtude do preconceito e do estigma envolvidos no fenômeno do ASI contra meninos. O preconceito e o estigma estão presentes não apenas na família do menino vitimizado, mas na comunidade social na qual ele está inserido (Conceição, Costa, Penso & Williams, 2020). São pilares que, infelizmente, sustentam a subnotificação e o segredo atrelados a esta modalidade de violência, o que, por conseguinte, ainda a mantém obscurecida por crenças de senso comum.

Pelo fato de eu ser homem, fere uma honra masculina, entendeu? Fere uma honra masculina de alguém souber disso, tipo... Eu sei que hoje, talvez hoje seria mais diferente, mas naquela época esse era o medo, tipo, de “tá é doido se alguém souber disso aqui, se meu pai souber disso aqui e tals...” (Bernardo).

As noções de papéis sociais e de gênero também funcionam como sustentáculo deste estigma, tendo em vista que são contrariadas pela sujeição característica das situações de abuso, o que coloca em cheque a masculinidade do menino vitimizado, gerando vergonha nele e em seus familiares, e intensificando ainda mais a rede de silenciamento (Weiss, 2010).

O preconceito nas redes sociais, então, teve um papel central na vida de Bernardo, especialmente de controle, sobre como via o abuso, sua revelação e como o entende ainda hoje. Como quem se depara com algo aversivo que deseja esquecer, teve esse capítulo apagado da memória por um tempo. Aos 16 anos, despertou-se e surpreendeu-se com a ferida ainda presente: “eu vivi isso”.

Teve duas situações que mexeu comigo. . . Que aí que eu fui começar a refletir, mas refletia pouco e falava ‘isso aqui nada a ver, não vou nem mexer’. . . Que foi uma pessoa contando a história dela de vida em ambiente religioso, né? . . . Que aí que eu fui refletir assim: “véi, isso aí, agora que eu tô caindo na real...”. Outra foi um DVD daquele cantor americano. . . Ele contava esse testemunho, de abuso na infância... Aí eu assisti, aí eu despertei assim e “cara, véi, isso isso aconteceu comigo, mas, é doido é? Contar isso aqui para alguém...” (Bernardo).

O surgimento dessa lembrança durante a adolescência, uma fase crítica em que o menino tem medo e receio de manchar sua própria reputação [ou honra masculina], fez com que ele pensasse e repensasasse se valeria realmente a pena falar disso com alguém. Nesse momento o bullying da infância voltou a ecoar.

Ninguém pode saber porque, senão, se as pessoas souber... ficar com essa fama, de... [viado] (Bernardo).

Eu me arrependo muito de ter contado, assim, para todo mundo que eu contei... É um negócio muito meu... Por que muda os olhos, em relação ao pessoal lá em casa mesmo mudou... Por exemplo, eu já percebi isso, eu tava lá no quarto, passa alguma situação de abuso na televisão, eu vejo minha mãe falar para o meu pai baixinho: "muda", entendeu? Ela fala para ele, baixo, assim: "muda disso aí"... (Bernardo).

Vê-se, logo, que o comportamento e pensamento das pessoas a seu respeito foi, por muito tempo - e ainda é -, determinante para suas ações. As impressões e as crenças de seus pais, amigos e colegas sobre o abuso que sofreu - e quem se tornou por conta dele - abalaram suas relações e, para ele, não valeu a pena a exposição. Ele só queria ser visto como “normal”.

“Não gosto que ninguém tenha dó de mim”

Serão discutidos a seguir alguns aspectos da vida de Bernardo que fizeram com que, segundo ele, sua história fosse mais difícil que o ordinário, já que se apresentava e se apresenta até hoje cheia de imprevisíveis, caos inesperados e sentimentos contraditórios.

Recobrir o vivido, encobertá-lo, mascará-lo, ocultá-lo, consiste na continuidade da história, enquanto assumir, presentificar a experiência vivida, é expor/apresentar o fracasso dessa história. Essa exposição possibilita a criação da vida, possibilita resistir. A exposição da ferida consiste em trazer à tona os fracassos da história encravados no corpo, para que essa ferida possa dissolver-se em uma vibração alegre e não mais enrijecer-se na dureza da memória estagnada (Camargo, 2016, p. 65).

Uma rede social pessoal estável, confiável, sensível e ativa atua de forma a proteger o indivíduo, constituindo-se como agente de auxílio e encaminhamento, otimizando os processos de cura e aumentando a sobrevida. Tem forte influência nos serviços de saúde à medida em que reverbera na conveniência e celeridade da utilização dos mesmos. Isso

significa que a rede social pessoal saudável é geradora e potencializadora de saúde, ao mesmo tempo que um indivíduo adoecido pode reproduzir uma rede adoecida (Sluzki, 1997).

Na infância, identifica-se que Bernardo testemunhou constantes brigas de seu pai, tanto com outras pessoas, no bar que este frequentava, tanto com sua própria mãe, no ambiente familiar. Faz referência a momentos em que não tinha nem um pouco de paz. Era um contexto turbulento, no qual até mesmo as crianças viviam à espera de um novo conflito.

O alcoolismo, as discussões, o conflito parental, a violência e a ausência do pai foram fatores significativos na infância de Bernardo. Enquanto, na vizinhança, lidava com a situação de abuso, em casa enfrentava vários problemas; no círculo de amigos, o bullying; na escola, o medo do que podiam pensar. Nesse estágio, a rede pessoal social de Bernardo mostrava-se adoecida. Não havia como se sentir “reconhecido pelo outro” (Moré & Crepaldi, 2012), porque suas emoções, impasses e indagações não eram compreendidos e nem aceitos; nem por ele mesmo, nem pelos outros.

Meu pai também já se envolveu em muitas brigas bêbado. Então sempre era esse clima, tipo, se tivesse alguma coisa de boa, por mais que eu fosse criança eu tinha essa consciência, tava de boa mas em algum momento poderia acontecer qualquer coisa naquele lugar, entendeu? Tipo, de briga, de... Sei lá... (Bernardo).

Todo esse cenário conturbado e uma criança vítima de violência (em vários sentidos), desassistida. Por mais que esse estudo atenha-se à vida de Bernardo, pode-se perceber ao longo de seus relatos, que sua história, em especial, sua família, possui membros desassistidos por todos os lados: um pai que lida com o abuso de álcool e reproduz violência; uma mãe que constantemente enfrenta violência conjugal; irmãos mais novos que, no meio disso tudo, presenciam a dinâmica desordeira e são afetados por ela.

Sluzki (1997), ao discutir sobre as maneiras por meio das quais a rede social pessoal pode afetar o indivíduo, destaca algumas perspectivas, dentre elas: a evolutiva, que evidencia a presença dos membros familiares como fator atenuante da reação do sujeito frente a eventos estressores; a existencial, que propicia ao sujeito dar sentido à vida ao nutrir relações sociais e ser nutrido por elas; da prática social, em que a rede não apenas salienta situações de perigo e vulnerabilidade ligadas à saúde do sujeito, como também propõe estratégias para buscar uma solução (Ex.: você está com febre, vamos ao médico?).

Do ponto de vista evolutivo, vê-se que a simples presença dos familiares deveria denotar uma condição facilitadora do retorno do indivíduo à homeostase, corroborando para que os impactos destrutivos do evento estressor sejam ao máximo minimizados. Aqui podemos questionar: como a figura paterna pode criar essa condição, tendo em vista que o seu procedimento (a violência) também se constitui como um fator estressor para o indivíduo?

Já no âmbito de prática social, parece não ter ocorrido a assunção de práticas de saúde (por exemplo, busca por assistência terapêutica e realização de denúncia) por parte da rede sócio-afetiva de Bernardo. Segundo ele, o pai - que ouviu rumores a respeito da situação de violência de Bernardo - não acreditou ou não deu a devida relevância ao assunto, e a mãe não chegou a ter conhecimento do ocorrido, a não ser quando Bernardo chegou à vida adulta.

No prisma existencial outra questão se sobressai: a desarmonia nas relações sociais de Bernardo produziam nele, ao invés da sensação de pertencimento e organização de sua identidade, uma sensação de incoerência e vazio existencial: “*será mesmo que eu nasci para sofrer?*”. Na infância, a violência, negligência e o alcoolismo do pai, acarretando em um contexto familiar conturbado, o abuso sofrido e, ainda, uma situação financeira desfavorável. Na adolescência, o encarceramento do pai, levando à ausência da mãe para garantir o sustento

e a passagem por este estágio do desenvolvimento, o qual, mais uma vez, ficou desassistido. Por fim, já próximo à vida adulta, percebeu-se mergulhado em medo, vergonha e desespero de lidar com a lembrança da violência e o fantasma por ela produzido (o que seria dele e quem se tornaria: sua *sina*).

Quanto a isso, nota-se que os sentimentos mais frequentemente vivenciados por Bernardo desde a infância até a vida adulta foram os sentimentos de culpa, medo, vergonha, desamparo e raiva que expressam os dilemas afetivos dos meninos vitimizados, como mostra o estudo feito por Lisak (1994). São esses sentimentos que, muitas vezes, originam comportamentos inapropriados para a idade da criança que sofreu abuso sexual (Sanderson, 2005). Tais sentimentos também podem emergir acompanhados de distorções cognitivas, de dificuldades para se relacionar e de questões ligadas à sexualidade (Lisak, 1994; Habigzang & Koller, 2012), como ocorreu com Bernardo ao longo da adolescência até o início da vida adulta (achar que era sexualmente doente; que, de forma inevitável, seria homossexual; desconfiança nas relações).

Outro sentimento bastante evidente na vida de Bernardo, especialmente na fase que está vivendo agora, é a repulsa ao sentimento de “dó” [sic] por parte das pessoas com quem se relaciona:

Ainda sinto, tipo, uma honra ferida, entendeu? Uma ferida que... É porque eu fiz um compromisso [sobre a entrevista]. . . Não sei, eu fico pensando, tipo: "véi, será que agora aqueles que sabem vão me olhar com esses olhos disso que passou?" [seus pais]... É, e eu não gosto que alguém tenha dó de mim, entendeu? E ficar com isso, tipo: "ah, tadinho, o que ele passou"... E também que possa ter interferido na minha sexualidade, também... Coisa que não interferiu... (Bernardo).

Mais uma vez, retornar à sua história que, mesmo não se resumindo ao abuso sexual, ainda sim é de presente sofrimento, é aversivo para ele. Hoje, diz se esquivar de tudo que

remeta a sofrimento. E, ao relatar isso, comete aquilo que os psicanalistas chamariam de ato falho (Freud, 1916-1917/2014):

Eu fujo daquilo que é diferente, hoje... Dores... Sofrimento sentimental.. Marca... Eu sofro. Ô, eu sofro, ó [equívoco]... Eu corro. Eu corro... Corro mesmo (Bernardo).

Se ele pudesse, reescreveria sua história, para que nenhum desses infortúnios lhe acontecessem. Prefere, novamente, negar a história a assumir o fracasso e as imperfeições dela... Imperfeições que lhe estão cravadas no corpo (Camargo, 2016).

Bernardo entende ter, hoje em dia, em suas mãos, as rédeas de seu destino, por assim dizer. Mas isso de maneira alguma o torna capaz de apagar os preconceitos, estigmas e discriminações - descritos na zona anterior - presentes nas pessoas e, conseqüentemente, nas suas redes sociais. Na perspectiva sistêmica, o olhar do outro define de certo modo o sentir-se ou não pertencido e reconhecido nas relações que o indivíduo constrói ao longo da vida (Moré & Crepaldi, 2012); é justamente o que lhe permite dar significado à vida (ser para/fazer algo para; ser com/fazer algo com alguém) (Sluzki, 1997).

Não obstante Camargo (2016) considere que o indivíduo é o próprio autor de sua história - ou seja, aquele que concede sentido à sua existência - esta visão e a visão do sujeito na relação não são excludentes entre si. O sujeito pode sim ser o responsável por atribuir sentido à sua existência, mas não deixa de considerar (ou até mesmo priorize) as relações que estabelece com o outro para isso.

Na história de Bernardo fica evidente que a visão do outro sobre ele foi e até hoje é sobremaneira importante. O olhar do outro sobre ele está intrinsecamente implicado na sua forma de pensar a vida, de se relacionar, de se posicionar diante do mundo, de sentir e de ser.

Hoje... Sei lá, hoje eu me vejo como uma pessoa que tá colhendo aquilo que foi no passado, né... Tipo, foi alguns sofrimentos, né, da vida, enfim... Que hoje eu tenho a vida mais tranquila. Me apresento no mundo... Difícil essa pergunta... Me apresento no mundo como uma pessoa, hoje, pelas coisas que eu passei, o que eu quero me apresentar e o que eu mais busco é a normalidade, entendeu? Então quando eu vejo um ambiente que eu sou uma pessoa normal, eu me sinto bem, véi. Aí. . . quando muita gente sabe minha história, aquilo que eu passei, dá um incômodo, véi, que eu não me sinto normal no ambiente. Então, tipo assim, é... Desde sempre o que eu procurei foi a normalidade, desde sempre. Então aquele tempo, que até eu saí da igreja, foi um misto de sentimentos, mas um sentimento foi esse de “véi, eu quero me sentir normal” (Bernardo).

Por mais dolorosa e amarga que seja a lembrança, por mais inacreditável e absurdamente sofrida que seja a história, ela é quem possibilita ao sujeito ser quem ele é (Camargo, 2016). Se fosse de qualquer outro jeito, Bernardo não seria quem é. Essa está longe de ser a perspectiva que romantiza as desgraças da vida; é apenas aquela que instiga a aceitar o ocorrido, o imprevisível que angustia, que não se pôde escolher, para escrever, agora com autonomia, as novas fases da história. “Testemunhá-lo e torná-lo público, mais do que compartilhador a dor, é assumir o vivido como possibilidade de criar um espaço vazio para um sentido *por vir* [grifo da autora]. É promover uma quebra no tempo” (Camargo, 2016, p. 68).

Considerações Finais

Conquanto o fenômeno do ASI em meninos seja tão obscuro e embaçado, é necessário continuar buscando aprimorar o conhecimento científico a seu respeito, para que - esclarecendo e fornecendo informações às camadas que carecem deste conhecimento, quebrando preconceitos e concepções resultantes da ignorância - o saber e fazer ciência possam construir um caminho que permita com que os meninos vitimizados sintam segurança em romper o silenciamento e realizar a denúncia. Este também deve ser um caminho que diminua o medo destes meninos serem vistos como “anormais” pelas situações que já viveram, de modo a conseguirem romper com o silenciamento; um caminho que diminua o medo de terem seu futuro arruinado por uma *sina* que, de tão difundida, é tida como verdade. Enfim, nota-se que esses meninos só poderão se desvincular desses preconceitos e concepções pela convivência “. . . em um mundo com olhares e sentimentos socioculturais e afetivos modificados, acolhedores e respeitosos pela dor das diversas violências e revitimizações que carregam consigo” (Almeida, Penso & Costa, 2009, p. 64).

Considerando a propriedade geracional de transmissão da violência na família (Penso & Neves, 2008), é primordial que se promova atenção e suporte psicológico não só para o menino que sofreu abuso, mas para toda a família em situação de violência e vulnerabilidade. As intervenções devem estar orientadas para as vítimas e suas redes sociais pessoais, principalmente suas famílias, de forma que todos possam ser assistidos e compreendidos em suas histórias, viabilizando a quebra do ciclo de violência.

Essa pesquisa é de grande contribuição para os avanços nas pesquisas na temática do Abuso Sexual Infantil (ASI), em especial no âmbito do abuso cometido contra meninos. Como bem exposto no estudo de Hohendorff *et al.* (2012), as pesquisas dentro desse recorte são muito limitadas, devido ao silenciamento que demonstra-se enquanto parte constituinte da dinâmica do abuso sexual masculino, reforçado pelos sentimentos de medo e vergonha da vítima e pelos segredos que envolvem, inclusive, sua rede familiar. Apesar de, nos últimos anos, a quantidade de publicações nesse escopo ter aumentado bastante, ainda há muito o que se investigar, e estudos realizados com amostra nacional podem colaborar significativamente ao averiguar aspectos ambientais sócio-culturais relevantes e peculiares desta população.

Questões de gênero são bastante significativas em estudos como este já que o menino vitimizado pode não assimilar a relação como abusiva, compreendendo-a mais como uma iniciação sexual e não como uma violência, levando à subnotificação (Hohendorff *et al.*, 2012). Aliadas a isso estão as concepções sociais do papel sexual masculino, que podem gerar no menino vitimizado vergonha pelo fato de terem sido passivos no primeiro contato sexual (Sanderson, 2005), colaborando, também, com a Síndrome do Segredo (Furniss, 1993).

Mesmo sendo menor que o número de casos de ASI contra meninas (de acordo com os dados estatísticos), o abuso sexual contra crianças do sexo masculino ocorre e, devido aos moderadores sociais e pessoais que acarretam na subnotificação, merecem atenção no meio científico e nas políticas públicas. Através do progresso dos estudos e da divulgação dos dados, pode-se iniciar um movimento de transformação da cultura de subnotificações, desconstruindo concepções errôneas a respeito dessa modalidade de violência (Hohendorff, 2012).

Quanto às limitações, observou-se que, mesmo sendo um instrumento rico para a pesquisa qualitativa, o uso da Entrevista Narrativa (EN) em pesquisas no âmbito do ASI deve estar acompanhado de estratégias que possibilitem o *rapport* entre o pesquisador e o sujeito entrevistado, tendo em vista que visa explorar uma temática delicada e que pode trazer sofrimento para o sujeito. Sendo assim, recomenda-se que sejam realizadas novas pesquisas na área utilizando a EN aliada a atividades elaboradas com o fim de propiciar um ambiente menos desconfortável para o entrevistado, permitindo que ele construa sua narrativa com mais liberdade, tranquilidade e clareza.

Identifica-se, também, a necessidade de realizar entrevistas comparativas entre dois ou mais sujeitos (dentro da possibilidade de uma pesquisa qualitativa), visando conhecer as diferenças sócio-culturais e econômicas, de estratégias de enfrentamento e nas redes sociais pessoais, bem como a maneira que essas diferenças repercutem no modo como o menino vitimizado lida com a violência e constrói significado a partir dela.

Outrossim, recomenda-se que sejam feitos estudos de caráter quantitativo e qualitativo que se proponham a investigar a incidência do ASI perpetrado por adolescentes, suas características, e, ainda, a trajetória de vida desses ofensores. Os estudos com esse enfoque, como os de Pincolini e Hutz (2014), Costa, Conceição, Penso e Carreiro (2017) e Tavares e Montenegro (2019), são ainda mais escassos que aqueles sobre ASI em meninos, restringindo significativamente as possibilidades de desenvolvimento de pesquisas comparativas.

Finalmente, através do presente estudo foi possível perceber que as diferentes questões que permeiam o ASI em meninos precisam ser analisadas, o que é impraticável em uma única pesquisa. Logo, atentando para a natureza urgente desse fenômeno como um problema de saúde pública, enfatiza-se que é imprescindível continuar avançando nas pesquisas sobre seus diversos desdobramentos.

Referências

- Antoni, C. de, Yunes, M. A. M., Habigzang, L., & Koller, S. H. (2011). Abuso sexual extrafamiliar: percepções das mães de vítimas. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 28(1), 97-106.
- Almeida, T. M. C. de, Penso, M. A. & Costa, L. F. (2009). Abuso sexual infantil masculino: o gênero configura o sofrimento e o destino?. *Estilos da Clinica*, 14(26), 46-67.
- Azambuja, M. R. F. de (2004). *Violência Sexual Intrafamiliar: É possível proteger a criança?* Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- Azambuja, M. R. F. de (2011). *Inquirição da Criança Vítima de Violência Sexual: Proteção ou violação de direitos?* Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- Brasil. Lei n. 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 1979.
- Brasil. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: CBIA.
- Brasil. Decreto n. 99.710, de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de janeiro de 2004.
- Brasil. Lei 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Brasília, 4 de abril de 2017.

- Bucher, J. S. N. F. (1985). Mitos, Segredos e Ritos na Família. *Psicologia, Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. I, n.II, p. 110-117.
- Camargo, K. A. (2016). Abuso sexual infantil - uma cartografia: silenciamento, testemunho, ressentimento, esquecimento. 78 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Chaves, T. V.; Sanchez, Z. M.; Ribeiro, L. A. & Nappo, S. A. (2011). Fissura por crack: comportamentos e estratégias de controle de usuários e ex-usuários. *Revista de Saúde Pública*, 45(6), 1168-1175.
- Childhood Brasil (2017). *Centros de atendimento integrado a crianças e adolescentes vítimas de violências: Boas práticas e recomendações para uma política pública de Estado*. Autores: Benedito Rodrigues dos Santos, Daniella Rocha Magalhães, Itamar Batista Gonçalves. São Paulo: Instituto WCF/Brasil.
- Conceição, M. I. G.; Costa, L. F.; Penso, M. A.; Williams, L. C. A. Abuso sexual infantil masculino: Sintomas, notificação e denúncia no restabelecimento da proteção. *Psicologia Clínica*, 32(1), 101-121.
- Costa, L. F., Penso, M. A., Conceição, M. I. G., & Carreiro, T. C. O. (2017). Transmissão geracional familiar em adolescentes que cometeram ofensa sexual. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(4), 995-1010.
- Day, V. P. et al (2003). Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 25, 9-21.
- Dias, S, Sequeira, J e Guadalupe, S. (2016). Rede social pessoal de jovens acolhidos em lares de infância e juventude. *Revista Portuguesa de Investigação Comportamental e Social*, 2(1), 25-37.

- Erthal, T. C. S. (2013). *Trilogia da Existência: Teoria e Prática da Psicoterapia Vivencial*. Curitiba: Appris.
- Florentino, B. R. (2015). As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. *Fractal*, 139-144.
- Freitag, R. M. K. (2018). Amostras sociolinguísticas: probabilísticas ou por conveniência?. *Revista Estudos da Linguagem* v. 26, n. 2, p. 667-686.
- Furniss, T. (1993). *Abuso Sexual da Criança: uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Gomes, E. S.; Costa Filho, J. (2013). Historicidade da infância no Brasil. *El futuro del pasado* nº 4, p. 255- 276.
- Gonçalves, H. S. (2003). *Infância e Violência no Brasil*. Rio de Janeiro: NAU.
- González Rey, F. (2005). *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação* (Trad. M. A. F. Silva). São Paulo: Thomson.
- Habigzang, L. F. & Caminha, R. M. (2004). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: conceituação e intervenção clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Habigzang, L. F. & Koller, S. H. (2011). *Intervenção Psicológica para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual: manual de capacitação profissional*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Habigzang, L. F. Koller, S. H. (2012). *Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e prática*. Porto Alegre: Artmed.
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A. & Machado, P. X. (2006). Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. *Psicologia Reflexão e Crítica*.

- Habigzang, L. F., Ramos, M. da S. e Koller, S. H. (2011). A revelação de abuso sexual: as medidas adotadas pela rede de apoio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27 (4), 467-473.
- Hohendorff, J. V.; Habigzang, L. F.; & Koller, S. H. (2012). Violência sexual contra meninos: dados epidemiológicos, características e consequências. *Psicologia USP*, 23 (2), 395-416.
- Imber-Black, E. (1994). Segredos na família e na terapia familiar: Uma visão geral. In E. Imber-Black (Ed.), *Os segredos na família e na terapia familiar* (pp. 15-39). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Jovchelovitch, S., & Bauer, M. W. (2002). Entrevista Narrativa. In: M. W. Bauer & G. Gaskell (Eds.) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som* (pp. 90-113). Petrópolis: Vozes.
- Lambie, I., & Johnston, E. (2015). "I couldn't do it to a kid knowing what it did to me": The narratives of male sexual abuse victims resiliency to sexually offending. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 60(8),1-22.
- Lisak, D. (1994). The psychological impact of sexual abuse: Content Analysis of interviews with male survivors. *Journal of Traumatic Stress*, 7(4), 525-548.
- Lordello, S. R. M., & Costa, L. F. C. (2013). A metodologia qualitativa no estudo do abuso sexual intrafamiliar. *Revista Psicologia e Saúde*, 5(2), 127-135. Recuperado em 22 de outubro de 2019, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2013000200008&lng=pt&tlng=pt.
- Martins, C. B. de G., & Jorge, M. H. P. de M. (2010). Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 19

- Moré, C. L. O. O., & Crepaldi, M. A. (2012). O mapa de rede social significativa como instrumento de investigação no contexto da pesquisa qualitativa. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 21(43), 84-98. Recuperado de <https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/265>
- Neves, A. S.; Castro, G. B; Hayeck, C. M.; & Cury, D. G. (2010). Abuso sexual contra a criança e o adolescente: reflexões interdisciplinares. *Temas em Psicologia*, 18, 99-111.
- Oliveira, A. A. B. (2017). *Meninos traídos: abuso sexual e constituição da masculinidade*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Oliveira, M. P. C. de (2010). *Abuso Sexual de Meninos: Estudo das Consequências Psicosssexuais na Adolescência* (Dissertação de Mestrado). Retirado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5160/tde-28042010-165216/publico/MeryPCOliveira.pdf>
- Paiva, V. L. M. de O. (2008). A pesquisa narrativa: uma introdução. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, 8(2), 261-266.
- Pelisoli, C. da L., & Dell'Aglio, D. D. (2008). Do segredo à possibilidade de reparação: um estudo de caso sobre relacionamentos familiares no abuso sexual. *Contextos Clínicos*, 1(2), 49-60.
- Pelisoli, C. da L., & Dell'Aglio, D. D. (2015). Práticas de profissionais de Psicologia em situações de abuso sexual. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 67(1), 51-67.
- Penso, M. A. & Neves, V. L. (2008). Abuso sexual infantil e transgeracionalidade. In M. A. Penso & L. F. Costa (Orgs.), *A transmissão geracional em diferentes contextos. Da pesquisa à intervenção* (pp. 123-142). São Paulo: Summus.

- Pereira, C. S. (2017). *Representações sociais sobre o abuso sexual infantojuvenil: um estudo com juízes e profissionais psicossociais*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Pincolini, A. M. F.; Hutz, C. S. (2014). Abusadores sexuais adultos e adolescentes no sul do Brasil: Pesquisa em denúncias e sentenças judiciais. *Temas em Psicologia*, 22(2), 301-311.
- Rezende, S. J. (2013). As cicatrizes: Impactos na vida adulta do abuso sexual infantil. *Revista Raízes no Direito*, n. 2, (p. 87 a 100).
- Ribeiro M. A., Ferriani, M. G. C. & Reis, J. N. (2004). Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. *Cad Saúde Pública*. 20:456-64.
- Salvagni E.P., & Wagner M.B. (2006). Estudo de caso-controle para desenvolver e estimar a validade discriminante de um questionário de avaliação de abuso sexual em crianças. *Jornal de Pediatria*, 431-436.
- Sanderson, C. (2005). *Abuso Sexual em Crianças: Fortalecendo os pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais*. São Paulo: M. Books.
- Santos, S. S. dos (2007). *Mães de meninas que sofreram abuso sexual intrafamiliar: Reações maternas e multigeracionalidade*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Santos, S. S. dos, & Dell'Aglio, D. D. (2010). Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 328-335.

- Santos, S. S. dos, & Dell'Aglio, D. D. (2013). O processo de revelação do abuso sexual na percepção de mães. *Psicologia: teoria e prática*, 15(1), 50-64.
- Silva, M. M. D. da; Stroher, L. M. C.; & Andréev, W. G. A. (2017). Assistência e Vigilância em Violência do Distrito Federal sob a ótica do monitoramento e avaliação. *Saúde em Debate*, 41(spe), 372-386.
- Sluzki, C. E. (1997). *A rede social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Weiss, K. G. (2010). Male sexual victimization: Examining men's experiences of rape and sexual assault. *Men and Masculinities*, 12(3), 275-298.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

“Narrativa de um Homem que Sofreu Abuso Sexual na Infância”

Instituição das pesquisadoras: Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Pesquisada responsável: Dra. Sandra Eni Fernandes Nunes Pereira

Pesquisadora assistente: Raquel Lourenço de Andrade

Você está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo. O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo.

Natureza e objetivos do estudo

- Compreender os as vivências e os impactos emocionais na vida de um homem que sofreu abuso sexual na infância a partir da narrativa que este constrói sobre si mesmo na vida adulta.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em responder a uma entrevista realizada pela pesquisadora.
- As sessões serão gravadas.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.

Riscos e benefícios

- Este estudo possui riscos mínimos.
- Medidas preventivas serão tomadas durante a pesquisa para minimizar qualquer risco ou incômodo.
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, o participante não precisa realizá-lo.
- Com a sua participação nesta pesquisa você contribuir para o avanço dos estudos sobre fenômenos sociais como o abuso sexual infantil, além de contribuir para maior conhecimento sobre essa temática, o que pode viabilizar a realização de propostas de intervenção posteriores.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- Os dados e instrumentos utilizados ficarão guardados sob a responsabilidade de Raquel Lourenço de Andrade, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade, e arquivados por um período de 5 anos; após esse tempo serão destruídos.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a participação dele no estudo.

Eu, _____ RG _____, após receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa, concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Brasília, ____ de _____ de _____.

Participante

Sandra Eni Fernandes Nunes Pereira
sandra.pereira@ceub.edu.br

Raquel Lourenço de Andrade, (61) 98217-8903
raquel.lourenn@gmail.com

Endereço dos (as) responsável (eis) pela pesquisa:

Instituição: Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Endereço: SEPN 707/907 - Asa Norte - Brasília-DF. Bloco: /Nº: /Complemento: Bloco 9

Bairro: /CEP/Cidade: Brasília, Asa Norte, 70790-075

Telefones p/contato: (61) 3966-1200